

O NOVO ENSINO MÉDIO: PRÁXIS PEDAGÓGICA E DIRETRIZES NA DISCIPLINA DE ORATÓRIA E COMUNICAÇÃO

Adalgiza Arantes Loureiro (UEL)

Felipe Rodrigues da Silva (UEL)

RESUMO: Ao longo da realização da disciplina de estágio do curso de Letras Português da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no ano de 2023, cujo percurso foi um dos requisitos para o cumprimento da disciplina, pudemos observar a implementação de novas diretrizes na educação brasileira, como o Novo Ensino Médio. No que tange à disciplina de Língua Portuguesa, os documentos oficiais, através do Registro de Classe Online (RCO), determinaram todas as práticas a serem realizadas em sala de aula, desde a leitura de obras disponibilizadas em plataforma online para os alunos até as disciplinas a serem ministradas pelos professores, que doravante passarão a ser segmentadas em Língua Portuguesa, Redação e Oralidade e Comunicação, sendo nossa atuação centrada nessa última em duas turmas do segundo ano do Ensino Médio. Destarte, relatamos os reflexos resultantes dessa regulamentação e realizamos uma reflexão crítica fundamentada nas teorias de Foucault (1987), Althusser (1980) e Freire (1967).

PALAVRAS-CHAVE: Novo Ensino Médio; Estágio de Língua Portuguesa; Vigilância de sujeitos.

1. Introdução

Aprovado em 2017 pela Lei n.º 13.415/2017 no Governo Michel Temer (do partido MDB), o Novo Ensino Médio (NEM) foi implantado nas escolas à data de 2022, inicialmente nos primeiros anos. A partir de uma análise preliminar, podemos dizer que as principais alterações ocorridas no Ensino Médio foram: uma ampliação da carga horária vigente, a qual passou de 800 a 1.000 horas anuais, totalizando 3.000 horas ao longo dos três anos do percurso; a obrigatoriedade do cumprimento de dois conjuntos de aprendizagem, sendo eles a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IFs); e a escolha, ao final do 1.º ano, de um dos IFs para aprofundamento, cujas unidades curriculares consistem em Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional, que serão comuns a todos os estudantes de mesmo nível. Tal aprofundamento passou a ocorrer tanto no 2.º ano, com 400 horas, quanto no 3.ª, com 600 horas.

No que diz respeito à FGB, permanecem ainda os componentes curriculares comuns, como História, Geografia, Matemática, entre outros; com relação às supracitadas unidades curriculares dos IFs, o aluno realizará um aprofundamento relacionado às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional. Ademais, o objetivo das aulas de Projeto de Vida é desenvolver no estudante suas habilidades socioemocionais e despertar novos interesses e escolhas profissionais, além do desenvolvimento de competências relacionadas às dimensões física, cognitiva e cultural.

A construção de nosso artigo se justifica a partir do caráter normativo por meio do qual impera o NEM, balizando a práxis docente de forma deliberada. Além disso, a pertinência desse tema também se consolida a partir das ondas de negação à ciência que se têm intensificado no cenário brasileiro desde o advento da Covid-19, afinal, além de ser um fenômeno político, “está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos” (DUARTE; CÉSAR, 2021, p. 9); e, como bem nos lembra Freud (2011, p. 251), “negar algo num juízo é dizer, no fundo: ‘Isso é algo que eu gostaria de reprimir’”. O juízo negativo é o substituto intelectual da repressão”.

Em seguida ao relato de nosso estágio, utilizamos, como nosso referencial teórico para o subsequente exame, os conceitos de Althusser (1980), que diz respeito à ideologia predominante na sociedade capitalista, hoje a escolar, posterior à da igreja; de Foucault (1987), que realiza um detalhamento a respeito do controle de corpos e sua respectiva sujeição às instâncias detentoras do poder; e de Freire (1967), ao discutir a importância de uma educação crítica que englobe a realidade do educando com vistas ao objetivo da emancipação. Articulamos, desse modo, as três sessões que aqui se fazem presentes: a noção elementar sobre o que é o NEM, o relato de estágio diante desse novo cenário e o que a filosofia oferece de ferramentas para que possamos refletir a seu respeito.

2. Relato de estágio

Nossa atuação de estágio ocorreu num colégio localizado na região sul da cidade de Londrina, estado do Paraná, com duas turmas de segundo ano do Ensino Médio, ambas atuantes no NEM. A disciplina de foco das aulas era a chamada Oratória e Comunicação,

segmentada juntamente com Redação e Língua Portuguesa, cada qual lidava com um ou mais eixos da Base Nacional Comum Curricular (leitura/escuta, produção escrita/semiótica, oralidade e análise linguística/semiótica), sendo essa disciplina voltada exclusivamente para os eixos de escuta, oralidade e análise linguística/semiótica.

No primeiro momento, realizamos a etapa de observação dessas turmas, eventualmente auxiliando o professor em sua prática pedagógica. Essa fase teve a duração de 15 horas distribuídas ao longo de 4 semanas, a cujo colégio comparecemos numa frequência de duas vezes em cada uma delas. A atuação, por sua vez, ora ocorria em nível técnico, por meio do manuseio de equipamentos, respostas a dúvidas imediatas do professor responsável, busca de equipamentos, seleção de materiais, entrega de recados, entre outros; ora em nível pedagógico, com intervenção direta na realização de atividades dos alunos. No segundo momento, passamos a realizar a atuação conjunta como regentes, cuja duração consistia em 15 horas, com frequência semelhante à das observações.

Os conteúdos eram disponibilizados pelo Registro de Classe Online (RCO), plataforma que realizava o registro de presença dos alunos e também oferecia recursos para o professor (nesse caso, denominado RCO+Aulas, termo que passaremos a utilizar ao longo de nosso texto); segundo essa plataforma, “o professor encontra planos de aula específicos para suas disciplinas e séries para as quais leciona, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos” (PARANÁ, 2023). Esses conteúdos eram, portanto, no caso das aulas escolhidas para nossa observação e subsequente regência, alinhados aos objetivos da disciplina de Oratória e Comunicação, a qual utilizava como aporte teórico estudos da Teoria Literária, no que concerne ao gênero do drama, bem como alguns fundamentos da linguística semântica, sintática, pragmática e textual, segundo nosso escrutínio. Para a aplicação das aulas, era utilizada uma televisão com acesso à internet, recurso que teve sua inserção juntamente com a manifestação do cenário do NEM, na qual eram projetados os slides prontos do RCO+Aulas.

Durante a observação, acreditamos ser importante ressaltar que a atuação do professor responsável estava sempre alinhada ao que era ofertado pelo RCO+Aulas. Analogicamente, esse material cumpre papel semelhante ao do livro didático, com a diferença de que os alunos, para terem os conteúdos guardados como seria no caderno, fotografavam as partes consideradas mais importantes para sua respectiva consulta na realização de atividades.

Por vezes, era solicitado que copiassem o conteúdo em seus cadernos após fotografarem, o que não costumava acontecer. Além disso, os recursos trazidos pelos *slides* muitas vezes eram curtos e com exemplos desconexos e infantilizados, como numa ocorrência em que, ao exemplificar o que seria uma linguagem referencial, um dos vídeos presentes nos slides era de uma propaganda do convênio médico mais famoso da região em formato de um desenho infantil, o que gerou nos alunos certo desconforto que foi posteriormente externalizado.

O percurso metodológico de nossa atuação teve seu início com o conteúdo de Funções da Linguagem aplicadas às diferentes situações comunicativas orais. Nele, retomamos cada função da linguagem alinhada a seu respectivo elemento da comunicação. Tal retomada teve sua importância a partir do momento em que o conhecimento da sala a respeito desses conceitos mostrava-se bastante lacunar, uma vez que os documentos oficiais orientam seu estudo no Ensino Fundamental I. Além disso, o material disponibilizado pelo RCO+Aulas não abrangia parte do arsenal teórico que elegemos como essencial para esse trabalho, pois se limitava apenas à definição rápida de cada uma das funções, ignorando os elementos da comunicação, e as relacionava a situações profissionais da vida dos alunos, como um momento de venda de um produto ou uma hipotética entrevista de emprego, excluindo assim outras situações comunicativas orais pertinentes, a exemplo da esfera científica, acadêmica, jornalístico-midiática, literária, entre outras.

Logo após ministrarmos esse conteúdo, aplicamos uma avaliação somativa escrita, a pedido do professor responsável, para que pudessemos atestar a apreensão dos alunos sobre as Funções da Linguagem. A prova precisou ter uma construção de fácil compreensão, pois o professor responsável nos explicou que eles já não tinham contato com uma prova mais extensa, seja ela com questões objetivas ou subjetivas, há um tempo considerável. Entretanto, ainda com o elemento facilitador da linguagem dos enunciados somado à assistência prontificada que oferecemos durante a execução da prova, observamos grande dificuldade na elaboração das respostas e inquietação durante os momentos que deveriam ser de concentração e silêncio.

Ao encerrarmos o tópico das Funções da Linguagem, iniciamos com os alunos um novo, e também último, assunto de nossa jornada, cujo percurso era denominado “Combatendo os vícios de linguagem na oratória”. Os conteúdos dessas aulas estavam estritamente voltados a questões da norma padrão gramatical, visto que continha definições

muito pontuais, como pleonasma (literário e vicioso), solecismo, barbarismo, ambiguidade, estrangeirismo e cacofonia, além de algumas dicas para um comportamento linguístico oral considerado adequado. Sentimos, assim como nos slides das aulas de Funções da Linguagem, que os conteúdos também eram escassos e com poucos exemplos. Desse modo, buscamos materiais complementares, como vídeos, exemplos do cotidiano dos alunos, músicas, entre outros, amparando-nos na possibilidade do uso da televisão com acesso à internet. Além disso, também seguimos com as explicações por um viés crítico, buscando distinguir vício de variação na tentativa de reduzir possíveis preconceitos linguísticos potencialmente desenvolvidos a partir da concepção unilateralmente formal da língua.

3. A escola a serviço do Estado

Remetendo-nos aos estudos de Althusser (1980), entendemos a escola como um dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) no hodierno sistema capitalista. A escola, eleita pelo filósofo como o AIE predominante, espaço esse antes reservado prioritariamente à igreja, tem como base racional o fato de que é pela escola que se moldam os sujeitos em sua fase elementar para posteriormente atuarem em áreas específicas da sociedade:

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais "vulnerável", entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, "saberes práticos" (des "savoir faire") envolvidos na ideologia dominante [...] ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). (ALTHUSSER, 1980, p. 64).

Ora, é aí que são predeterminados os futuros detentores dos meios de produção e a futura força de trabalho, duas grandes posições contrapostas que compõem a engrenagem da manutenção capitalista. Portanto, os AIE, diferentemente dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE), embora com forças simbólicas semelhantes, regulam esse controle social por meio da ideologia, a qual define o modo de pensar e de portar-se dos sujeitos dessa determinada comunidade, homogeneizando comportamentos, indumentárias, crenças, regras, entre outros. Assim, “todos os Aparelhos Ideológicos de estado, sejam eles quais forem,

concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1980, p. 62-63).

O modelo de ensino direcionado pelo RCO+Aulas como uma forma de conduzir o planejamento da vida dos alunos também pode ser relacionado com o conceito de Michel Foucault (1987) em sua análise da sociedade francesa nos séculos XVIII e XIX. Esse contexto consiste na consolidação da sociedade moderna, em que o poder exercido pelas instâncias dominadoras regulava formas específicas de dominação sobre os corpos. A análise de Foucault parte da transição das bárbaras punições físicas aplicadas nos criminosos da época para seu respectivo confinamento em presídios.

Destacam-se nessa sociedade mudanças trazidas pelo Iluminismo, cuja inserção da racionalidade política do Estado, bem como o Capitalismo com sua necessidade de criar pessoas habilitadas para o trabalho, demandam uma determinada forma de ser do sujeito para que esse objetivo seja alcançado, exigindo assim um grande esforço político para o controle dos corpos. Segundo o pensador,

[...] sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso [...]. (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Desse modo, para disciplinar os corpos não é utilizada a força física, mas sim estratégias empregadas pelas instituições na busca de um perfil idealizado pelo poder vigente, o que constitui as relações no interior da sociedade, da maneira como ocorre nos dias atuais, sem a necessidade de um poder que seja centralizado na figura do governante. É nesse sentido que a escola é o espaço que utiliza várias técnicas para disciplinar o comportamento do aluno, que vão desde o sinal da sirene até a realização de exames, da mesma forma como regula as ações do professor, que passa a ser submetido ao chamado material de “encaminhamento metodológico” (a como se refere o RCO+Aulas), o qual traz conteúdos cristalizados, muitas vezes fora do nível adequado para os alunos e com recursos prontos, como slides, a serem utilizados nas aulas como um passo a passo para sua atuação, reforçando a afirmação de que “um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto” (FOUCAULT,

1987, p. 130), corpo esse “manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; [...] do treinamento útil e não da mecânica racional” (FOUCAULT, 1987, p. 132).

O caráter disciplinar imposto pelo NEM, tanto no que concerne à elaboração de um projeto de vida para os alunos quanto à imposição de conteúdos a serem ministrados pelos professores com o RCO+Aulas, permite-nos estabelecer uma relação com a racionalidade neoliberal enquanto “um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Logo, as características econômicas neoliberais que estabelecem a livre concorrência de mercado, com a menor participação possível do Estado, ampliam-se para as relações sociais e, nesse caso, para as práticas educacionais, uma vez “que os sujeitos estão cada vez mais submetidos a um regime de concorrência e a geração de maneiras novas de conduzir as condutas, as escolhas e as práticas dos indivíduos” (WEINHEIMER; WANDERER, 2021, p. 519).

Ao vincular a formação dos alunos ao mercado de trabalho, a escola prioriza a competitividade e a performatividade como elementos indispensáveis para o sucesso. Além disso, ao apresentar os conteúdos enquanto uma necessidade do mundo contemporâneo, naturaliza o contato com as novas disciplinas tanto em nível institucional quanto individual (WEINHEIMER; WANDERER, 2021). Dessa forma, a escola se alinha à lógica burguesa na necessidade de formação de mão de obra qualificada.

Observamos que, nesse sistema de ensino, a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso é transferida ao aluno a partir do momento que ele realiza a escolha do caminho a ser seguido partindo do primeiro ano. Outrossim, os discentes preocupam-se com a função utilitarista do ensino enquanto um meio para que o sucesso profissional seja atingido (WEINHEIMER; WANDERER, 2021), o que é corroborado pelo percurso metodológico da disciplina de Oralidade e Comunicação com seu foco na transmissão de fórmulas para o sucesso em entrevistas de emprego, como pudemos observar na ministração da aula sobre vícios de linguagem, que tinha como objetivo, além da categorização linguística variacional — e aqui destacamos o respectivo preconceito sobre algumas variantes devido à falta de um cuidado semântico que distingue variação de vício esteticamente negativo —, um passo a passo de atitudes a serem tomadas diante de situações exclusivamente profissionais.

Freire (1967), ao refletir que uma educação democrática não deve significar sua respectiva vulgarização, a qual fosse permeada por fórmulas prontas e sem quaisquer conexões com a realidade do aluno e cujo objetivo fosse manter as massas em seu estado de ignorância, traz importantes contribuições para uma concepção de ensino que considere a aproximação entre sujeito e objeto de conhecimento na tentativa de desfazer potenciais lacunas em seu aprendizado. Para ele, a ideal posição do homem

[...] era a de não apenas estar no mundo, mas com ele. A de travar relações permanentes com este mundo, de que decorre pelos atos de criação e recriação, o acrescentamento que ele faz ao mundo natural, que não fez, representado na realidade cultural. E de que, nestas relações com a realidade e na realidade, trava o homem uma relação específica — de sujeito para objeto — de que resulta o conhecimento, que expressa pela linguagem. (FREIRE, 1967, p. 104).

Assim, remetendo-nos aos conteúdos presentes no RCO+Aulas, exclusivamente ao já citado vídeo polêmico, o qual foi utilizado durante uma das aulas para exemplificar o que seria a linguagem referencial, cuja autoria era do convênio médico mais popular da região, salientamos o exemplo mais radical contra o qual pugna o discurso do pensador. Consideramos, por um lado, que o ensino ofertado é público, logo os alunos frequentantes não são pertencentes a camadas econômicas mais elevadas. Há, portanto, um grande abismo presente entre as condições financeiras deles e esse objeto de uso exclusivo da elite. Por outro lado, além de tratar-se de uma propaganda de um convênio médico, ela era apresentada em formato de um desenho animado extremamente infantilizado, o que também está distanciado desses alunos, uma vez que fossem adolescentes próximos do final dessa fase de desenvolvimento e já não se atraíssem mais tanto por conteúdos semelhantes.

É por esse viés que o filósofo ressalta a importância do desenvolvimento no aluno de uma criticidade que considere seu lugar no mundo longe das amarras mágicas que outrora fizeram parte do imaginário social, “levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito” (FREIRE, 1967, p. 106), pois “se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será” (FREIRE, 1967, p. 106). E essa ação, por sua vez, consiste na coprodução da cultura em que está inserido, tornando possível o afastamento daquilo que denomina antidiálogo, o qual verticaliza as relações criando assimetrias de poder, bem como pudemos atestar ao longo das reflexões aqui abordadas.

4. Considerações finais

Pudemos aferir que, enquanto espaço permeado por ideologias, a escola tem o seu papel tanto na formação de seres humanos quanto na manutenção de classes em nosso atual sistema econômico. A tênue linha que separa ambas as atitudes conseqüentemente recai sobre a figura do professor, o qual passa a ser investido de crenças logo ao início de sua formação inicial, bem como ao longo de sua jornada docente. Desse modo, é comum que lhe seja esperado um investimento crítico que lhe permita discernir quando agir a favor da formação humana diante das forças simbólicas do Estado. Trata-se de uma tarefa consideravelmente morosa quando consideramos a desvalorização da profissão docente, que tem tido sua intensificação ao longo dos últimos anos com a disseminação da concepção sociopolítica antidemocrática e negacionista.

Também entendemos que um ensino que seja destituído de um diálogo que faça relações entre o aluno e o mundo em que ele vive resulta em experiências como a que vivenciamos no estágio, cujo desenvolvimento dos discentes carece de um teor crítico e emancipador, o que favorece a formação de uma mão de obra precarizada que acredita trabalhar sob condições positivas, ainda que abusivas. E isso é corroborado com a instauração de regimes educacionais como o NEM, cuja máscara do desenvolvimento progressista e do atual empreendedorismo no âmbito profissional cria um afunilamento ainda maior para as pretensões aqui discutidas, como podemos perceber apenas com os títulos de disciplinas como Projeto de Vida e Mundo do Trabalho, por si só autoexplicativos, além da tratada Oratória e Comunicação, cujo objetivo se disfarça com o prenúncio de um desenvolvimento aprofundado do eixo da oralidade, o qual tem sido negligenciado ao longo de muito tempo pela escola.

Referências:

ALTHUSSER, Louis. Os aparelhos ideológicos de estado. *In*: ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1980. p. 41-52.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. *Educação & Realidade*, v. 45, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

FREIRE, Paulo. Educação e conscientização. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 101-121.

FREUD, Sigmund. A negação (1925). In: FREUD, Sigmund. *O Eu e o Id, autobiografia e outros textos (Vol. 16)*. São Paulo: Companhia das Letras (trabalho original publicado em 1923), 2011. p. 249-255.

PARANÁ. Secretaria da Educação (SEED). *Novo Ensino Médio Paranaense*. Portal Escola Digital Professor. Curitiba, PR: SEED/PR, 2023. Disponível em:

<https://professor.escoladigital.pr.gov.br/nem>. Acesso em: 16 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria da Educação (SEED). *RCO+Aulas*. Portal Escola Digital Professor. Curitiba, PR: SEED/PR, 2023. Disponível em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/rco_mais_aulas. Acesso em: 16 maio 2023.

WEINHEIMER, Gicele; WANDERER, Fernanda. O (novo) ensino médio na visão dos alunos: rastros da racionalidade neoliberal. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 48, 2021. p. 517-535.